
ÍNDICE GERAL

	Página
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – TERCEIRA IDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	23
1. Problematização do conceito de terceira idade	24
2. <i>Transformações objectivas</i> conducentes à construção social da terceira idade	36
2.1 Alterações na organização familiar e consequências na solidariedade entre gerações	36
2.2 A constituição e a generalização das reformas e suas consequências na representação e na forma de tratar a velhice	40
CAPÍTULO II – DA <i>VELHICE INVÍSEL</i> À <i>VELHICE IDENTIFICADA</i> : A EMERGÊNCIA DE UMA POLÍTICA ESPECÍFICA PARA A TERCEIRA IDADE	50
Introdução	51
1. Da instituição dos primeiros sistemas de reforma à tentativa de criação dos primeiros seguros obrigatórios em Portugal	55
1.2 A tentativa de implantação dos primeiros seguros em Portugal	74
2. A protecção social dos idosos durante o Estado Novo e o prenúncio de uma política para a terceira idade: de 1933 a 1974	78
2.1 A reforma da Previdência Social em 1961	89
2.2 O prenúncio de uma política da terceira idade	97

3. A emergência da terceira idade como <i>categoria social autónoma</i> em Portugal	99
3.1 A emergência da segurança social e a generalização da reforma	99
3.2 O anúncio de uma política de terceira idade	110
4.Síntese	116

CAPÍTULO III – DO IMPERATIVO CONSTITUCIONAL À IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS

1. A nova política de terceira idade – “manter no domicílio”, de 1976 a 1986. Algumas dimensões	120
1.1 A acção do Estado	130
1.2 A emergência das Universidades da Terceira Idade em Portugal	135
1.3 Razões para a criação da primeira Universidade da Terceira Idade em Portugal	138
1.4 Alguns princípios da política de manutenção no domicílio presentes nas Universidades da Terceira Idade	140
2. Uma política para a terceira idade num contexto de crise do Estado-providência: entre 1985 e 1995	146
3. De 1995 a 2002: a continuidade da política de manutenção do idoso no domicílio	162

CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E A TERCEIRA IDADE: DIMENSÕES POLÍTICAS

Introdução	173
1.A educação de adultos e as pessoas idosas	174
1.1 A educação de adultos e as pessoas idosas	178
2.A aprendizagem ao longo da vida como ideário das políticas de educação de adultos de cariz neoliberal	189
3.A educação de adultos em Portugal: 1985-2002	196

3.1 De 1985 a 1995: as expectativas não cumpridas	196
3.2 A educação de adultos entre 1995 e 2002: novos relançamentos	210
CAPÍTULO V – A TERCEIRA IDADE E O CAMPO	
EDUCATIVO: PROBLEMATIZAÇÕES TEÓRICAS	223
1. A gerontologia educativa: origem e correntes teóricas	224
1.2 A emergência da gerontologia educativa	224
1.3 Diferentes perspectivas teóricas da gerontologia educativa	229
1.3.1 A perspectiva funcionalista	231
1.3.2 A perspectiva crítica ou gerontologia educativa crítica	246
1.4 Classes, habitus e modos de vida: contribuições sociológicas para a análise do campo educativo da terceira idade	260
CAPÍTULO VI – A UNIVERSIDADE CULTURA E LAZER:	
UM ESTUDO DE CASO	277
1. Orientação metodológica da investigação	278
2. Opções metodológicas e Procedimentos de Investigação	280
2.1 A selecção do objecto de investigação	280
2.2 Contactos com a Universidade da Cultura e do Lazer e autorização de investigação	282
2.3 Métodos e técnicas de investigação e registo de dados	283
2.3.1 A observação directa, não participante	284
2.3.2 A observação participante	285
2.3.3 A entrevista	287
2.3.4 A pesquisa documental	288
2.3.5 O inquérito por questionário	289
2.4 Tratamento dos dados de investigação	293

3. A Universidade Cultura e Lazer no conjunto das universidades da terceira idade portuguesas: contributos para uma caracterização	294
3.1 Implantação geográfica	296
3.2 Natureza jurídica	297
3.3 Actividades e objectivos	300
3.4 Alguns dados sobre os “alunos”	302
4. A Universidade Cultura e Lazer na região de implantação	303
5. A Universidade Cultura e Lazer: sua origem e desenvolvimento	305
6. Caracterização dos formandos da Universidade Cultura e do Lazer	309
7. Caracterização dos formadores da Universidade Cultura e do Lazer	321
8. Uma identidade enigmática: uma escola ou um centro de dia?	324
9. Ser “aluno” ou ser “professor”: dois papéis possíveis de reformado activo	339
10. “Upstairs/Downstairs”: lógicas e práticas internas de diferenciação	353
CONCLUSÃO	368
BIBLIOGRAFIA	382
Livros, capítulos de livros e artigos citados	383
Outros documentos e textos citados	397
Legislação referenciada	401

ANEXOS

Anexo 1 (questionário aos formandos)

Anexo 2 (questionário aos formadores)

Anexo 3 (guião das entrevistas)